

RESENHAS

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999, 292 p.

Ler os arquivos de nossa história, enquanto espaço polêmico de diferentes leituras produzidas em um tempo cronológico, é entrar em uma outra temporalidade, a discursiva – histórica e inconsciente – em que a memória do dizer vai se colocando e re-colocando no jogo sempre presente entre as coisas memoráveis, que são ditas e registradas, e as coisas não memoráveis, que não são ditas mas apagadas, produzindo o mesmo e o diferente.

No Brasil, os arquivos são, quase sempre, pobres e fragmentários, quando não inexistentes. O acesso a eles é terrível, quer pela heterogeneidade das instituições que adotam práticas classificatórias diferenciadas das fontes, quer pela ausência de guias e catálogos e quer ainda pelo descaso para com o acervos em termos de extravio, perda, roubo, deterioração, dispersão, destruição.

A essas dificuldades soma-se o caráter desigual e lacunar dos acervos e do saber produzido nas diferentes áreas do conhecimento científico. Essa dispersão e fragmentação de documentos, bem como a sua ausência e escassez evidenciam a relação da sociedade brasileira com sua memória histórica, ou melhor, a relação oficial que o Estado imprime a nossa memória histórica pelo tratamento dado aos arquivos e acervos. Revelam, portanto, como as relações de poder existentes na sociedade vêm atuando sobre a memória coletiva e individual: um processo político de apropriação de uma história inscrita na língua.

Os fatos que reclamam sentidos são, pois, essa rarefação, escassez e opacidade da escrita da história, enquanto efeitos de sentido de um excesso ideológico, de um espaço de memória saturado pela ausência das coisas não memoráveis. A lacuna de informações e conhecimentos é, pois, um efeito de sentido produzido em posições de sujeito determinadas historicamente.

Pensando nessa relação necessária existente entre história, língua e conhecimento, é que li, com interesse, o livro publicado, recentemente, por Roberto Acízelo de Souza, doutor em Teoria da Literatura e professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense: *O Império*

da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Este livro resulta de sua tese para professor titular da UERJ e apresenta os resultados de uma vasta pesquisa documental, realizada no Colégio Pedro II, referente aos programas de ensino ali adotados desde a sua fundação em 1837.

O texto está estruturado em sete capítulos, acompanhados de uma apresentação e de uma reflexão final sobre o trajeto percorrido *à maneira de arremate*, como diz Souza. O Anexo, um *Sumário do Sistema Retórico-Poético Oitocentistas*, os Apêndices I e II com *Programas de Ensino do Colégio Pedro II* de 1850 a 1900 e de 1901 a 1949, respectivamente, e o Apêndice III, contendo ilustrações, ocupam parte considerável do livro. Considero importante, contudo, como o próprio autor ressalta, preservar e divulgar toda essa documentação para todos aqueles que se interessam pelo estudo da linguagem, da língua e de seu ensino.

É do lugar de analista do discurso e participante do projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil”, interessada em compreender o funcionamento do discurso pedagógico da leitura e da escrita no Brasil, em sua dimensão histórica, enquanto lugar enunciativo em que sujeitos e sentidos se produzem e reproduzem, que faço essa leitura do livro de Roberto Acízelo de Souza.

No primeiro capítulo – *A eloquência silenciada* –, vamos percorrendo, com o autor, os caminhos de indagações e informações sobre as coisas não memoráveis, sobre o que foi silenciado sobre a Retórica e a Poética enquanto fontes clássicas dos estudos literários. Ali ficamos sabendo que esse silenciamento tem um marco cronológico, que é o final do século XIX, depois de ter tido um apelo e uma prática efetiva no Império, o que pode ser evidenciado pelas publicações reservadas a esses campos, bem como pelo lugar de destaque que essas disciplinas ocupavam no sistema de ensino. (Orlandi: 1992)

No século XX, essa vertente dos estudos literários foi quase esquecida – em favor dos estudos de história da literatura –, a bibliografia sobre o tema escasseou, as obras existentes não foram re-editadas e o acesso a elas se tornou precário e restrito. E nos programas escolares, o ensino da Retórica e da Poética foi sendo substituído pelo da Literatura. A partir dessas constatações é que o autor, sabedor de que esses esquecimentos *conservam a consistência ininteligível de assombrações, vagando por instituições e discursos*, traça o seu plano de trabalho: situando a Retórica e a Poética como empreendimentos disciplinares dos discursos; discutindo o processo de institucionalização dos estudos literários no Brasil, com

destaque para o século XIX como momento de sua consolidação; analisando manuais de Retórica e Poética e programas de ensino do colégio Pedro II, no período de 1850 a 1900; e discutindo a influência da formação retórica sobre a produção literária e do que ele denomina condutas culturais dos brasileiros.

O capítulo seguinte, *As Disciplinas Clássicas dos Discursos*, traça o percurso histórico da Retórica e da Poética, desde a Antigüidade, com base em uma cronologia estabelecida por Barthes, considerando *a posição central ocupada pela linguagem na experiência histórica dos gregos*, que a transformaram em objeto de reflexão e criaram disciplinas específicas para com ela trabalharem: a Retórica, a Poética e a Gramática. Para Souza, um estudioso da literatura, o trajeto que percorre, a seguir, é o da Retórica e o da Poética e o das estreitas relações mantidas desde então por essas disciplinas.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que uma terceira disciplina, a Gramática, participa do acontecimento lingüístico-discursivo fundador dos estudos sobre a linguagem no Ocidente, e que é das alianças-confrontos entre as três, que irão se estabelecer funcionamentos determinados do processo de produção de um saber, sob diferentes denominações e teorias, ao longo dos séculos, opondo o emocional e o cognitivo enquanto pares opositivos de uma dicotomia hierarquizada.

Nesse sentido, podemos pensar em articular esses campos de produção de saberes, quase sempre vistos como correlacionados e complementares por um historicismo evolucionista, para compreendermos o que hoje chamamos de Língua Portuguesa do Brasil, como uma mesma língua, mas que permite funcionamentos lexicais, gramaticais, literários e cognitivos distintos e mesmo antagônicos.

A propósito das origens, às vezes lendárias, da Retórica, Souza fala dessa dicotomia operando nessa disciplina, ao tratar, por um lado, *da demonstração técnica e racional do verossímil* e, por outro, *da exploração do potencial de sedução da palavra*; sendo que a primeira vertente *aspira a tornar mais potente o discurso válido de uma perspectiva lógica*, e a segunda *pretende trabalhar o fascínio enganador a que se presta a palavra*. [...] *E a arte da palavra como embalagem do raciocínio ou como encantamento e ilusionismo se transforma em verdadeiro mote do debate filosófico que atravessaria os séculos.* (:7).

Todo um aparato conceitual vai se constituindo, não obstante uma unidade, imaginária diríamos, já tenha ganhado forma desde Quintiliano.

O autor apresenta, então, as distinções que se tornaram consensuais: a diferenciação entre os gêneros da eloquência tomando como referência os destinatários e a situação de enunciação (judiciário, deliberativo e o epidítico); e a distinção entre as partes da retórica (*inventio, dispositio, elocutio, pronuntiatio e memoria*).

Avançando nessa trajetória, ele evidencia o lugar ocupado pela Retórica no pensamento e proselitismo cristãos. Sabemos que a educação na Idade Média fazia-se nos mosteiros, onde se cultivavam as sete artes, sobretudo o *trivium*: gramática, retórica e dialética. A gramática latina vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua, associada ao ensino da Retórica, pois como diz Dionísio da Trácia: “A arte gramática (das Letras) é o trato das coisas ditas com mais freqüência nos poetas e prosadores”.

Essa posição de relevo é vivida até o século XVIII, de forma bastante estruturada, quando se inicia um processo de esvaziamento, cujas causas são apresentadas por Souza, seguindo Peter Dixon (1971) e João Adolfo Hansen (1994). Gostaria de destacar, nesse debate, o lugar central que ocupa uma certa discursividade – a científica –, que recusa uma “episteme substancialista ou teológica”, pontuando a entrada do homem ocidental no Iluminismo e na revolução romântica. Hansen diz a propósito da redução da Retórica a apenas uma de suas partes – a *elocutio* – “foi decisiva para o fim da retórica a nova divisão do trabalho intelectual como especialização teoricamente democrática dos saberes e dos discursos na forma da escrita e da sua difusão no objeto livro (:11).

No final do século XIX, a Retórica, que se retrai de modo drástico, perdendo posição no ensino e sendo expulsa da literatura, parece extinguir um conjunto de práticas a ela relacionadas, segundo Barthes, citado pelo autor: *uma arte (no sentido clássico do termo), um ensino, uma ciência, uma moral, uma instituição social, uma atividade lúdica*, mas que sobrevive, de forma fragmentária, como objeto de reflexão de outros domínios da produção de conhecimento sobre a linguagem (:12).

A contigüidade entre a Retórica e a Poética, sucessora e herdeira daquela, sempre esteve presente nesse trajeto histórico, de forma explícita ou não, pelo caráter modelar que as obras dos poetas assumem no ensino de uma língua e na construção de um imaginário em que os sujeitos e sentidos se constituem, bem como pela educação recebida pelos escritores. A distinção entre essas duas disciplinas tem sido sempre imprecisa e os seus territórios difíceis de demarcar. Desde o

Renascimento, a Poética tem sido vista como restrita ao campo da criação literária e a Retórica, com o objetivo de bem escrever, ao campo do ensino, *sendo um domínio de professores, especialmente jesuítas.* (:14)

No capítulo 3, *A Instituição dos Estudos Literários no Brasil*, o autor traça todo um painel da história da produção do conhecimento literário no Brasil desde o período colonial até a sua consolidação no século XIX. Tal estudo quando confrontado aos que vêm sendo produzidos sobre a construção de um saber metalingüístico e de uma língua nacional, lança luzes sobre os pontos de articulação entre esses saberes, recobertos por aquele par lógica/retórica, anteriormente mencionado, que se apresenta como constituído de elementos distintos e independentes, ligados ao mundo da objetividade e clareza por um lado, e ao mundo da subjetividade e ambigüidade, por outro, mas que, juntos, irão preencher diferentes funções na organização de uma unidade lingüística imaginária e na constituição de formas de individualização pelo Estado.

Ao construir a historicidade desse processo, Souza destaca o papel exercido pelas Academias, pelos poetas e pelo ensino. As Academias congregavam intelectuais interessados em letras e ciências que desenvolviam *um programa de trabalho intelectual coletivizado, que distribuía tarefas entre os associados e como consequência, enquadrava a produção individual em limites pré-estabelecidos.* (:19) Nesse convívio acadêmico, nascia a crítica literária brasileira.

Podemos dizer, também, que essas Academias foram fundamentais na institucionalização do que Orlandi (1985) chama de língua imaginária – uma língua portuguesa fixada pelos estudiosos –, estabelecendo significações determinadas para tudo o que dizia respeito ao Brasil e criando uma memória do Brasil.

Para Souza, dois poetas árcades também contribuíram para os primeiros passos de nossa crítica literária: Silva Alvarenga e Cláudio Manuel da Costa.

Ganha relevo nesses acontecimentos fundadores de nossa língua e literatura nacionais, um tipo de ensino que se instala no Brasil sob a responsabilidade dos jesuítas até a sua expulsão em 1759. Trata-se do ensino humanístico que *pretende facultar um conhecimento comum a todos os homens, concebido como matéria coincidente com a própria natureza ou essência humana [...] que caracteriza-se por consolidar e transmitir uma cultura geral [...] o que interessa irrestritamente a todos, isto é, o que sendo comum, é da ordem do comunicável.* (:22) O que indica o lugar primordial conferido à linguagem nesse ensino.

Apesar de tratar-se de um modelo pedagógico que dominou em todo o mundo ocidental do século II a. C. ao século XIX, encontramos alusão freqüente a ele como sendo uma característica fundamental de um brasileiro genérico. Dela advém nossa inaptidão para a ciência e a cultura superior, pois conforme Fernando de Azevedo (1943), trata-se de um “tipo de ensino quase exclusivamente literário, livresco e retórico, que se implantou no Brasil, desde a Colônia, até os fins do Império. Uma cultura demasiadamente verbal, demasiadamente afastada do concreto, demasiadamente cheia de retórica e poesia, demasiadamente afastada das humildes realidades terrestres, sem contrapeso científico”.

Trabalhando a consolidação dos estudos literários no contexto histórico do século XIX, o autor mostra que não obstante a crítica siga a tendência mundial do historicismo, *orienta-se também por uma vertente de procedência clássica [...] prolongando a vigência de duas disciplinas antigas do discurso, a retórica e a poética.* (:26) Vertente esta que será ignorada pela crítica do século XX, que sobre ela e seus representantes fará um silêncio a ser ouvido de longe.

O autor retoma, então, a questão do ensino da área de Letras no Brasil, onde esse antagonismo entre vertentes ficara bem documentado nas grades e programas escolares. Toma como ponto de partida o fato de que só na década de 30 do século XX, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a área de letras atinge o patamar da formação universitária, não obstante tenha tido até o século XIX um lugar central no ensino básico. Anteriormente, apenas o ensino de letras ministrado em alguns colégios, principalmente o Pedro II, alcançava perfil universitário. E neles dominava o Ensino Humanístico, legitimado pelo Império e, posteriormente, pela República.

E é este ensino, dominante no Colégio Pedro II, representativo de uma situação nacional pela função modelar que essa instituição assumiu no sistema de ensino brasileiro, que será analisado pelo autor. Os dados obtidos vão de 1850 a 1949. Neste capítulo, Souza se ocupa do século XIX, remetendo o leitor para o Apêndice I, para que possa conhecer – e trabalhar – toda a documentação obtida. Encontramo-nos, então, diante de uma fonte rica em dados e análises para compreendermos a importância desses colégios na história do ensino do português no Brasil como parte da do funcionamento geral da sociedade brasileira. Essas grades e currículos evidenciam como se articulam teorias lingüísticas e literárias e práticas pedagógicas, como se produzem subjetividades específicas na relação do

sujeito com uma língua imaginária no interior do espaço institucional da escola.

No capítulo que segue, *Compêndios & Cia*, o autor possibilita que avancemos na compreensão dessa verdadeira política lingüística que constrói um imaginário em que nos reconhecemos como letrados e brasileiros, pela análise arguta que faz da produção acadêmico-didática da época: compêndios escolares, histórias literárias, ensaios, teses, traduções e tratados. Gostaria de ressaltar, ainda, a menção feita, pelo autor, do alcance dessas obras ocupadas com a Retórica e a Poética, tendo em vista o prestígio social (e político) da oratória, bem como os efeitos de sentido provocados por uma concepção de autoria marcada pela contradição.

Em seguida, Souza estuda seis autores cujas obras distribuem-se por todo o século XIX: Joaquim do Amor Divino Caneca, Miguel do Sacramento Lopes Gama, Manoel da Costa Honorato, Luís José Junqueira Freire, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, José Maria Velho da Silva, tomando essa seleção como resultante da adoção de critérios diversos, como a possibilidade de acesso às obras, o seu pioneirismo, o êxito editorial, a influência exercida no ensino oficial brasileiro, a representatividade na área da poética. Constrói, então, de modo rigoroso, um verdadeiro arquivo.

A Formação Retórica e seus Efeitos é o tema do sexto capítulo, em que o autor explora o poder que a Retórica teve, e tem, na formação da elite letrada brasileira e, conseqüentemente, no processo de produção do saber literário, e na experiência social brasileira. Esses efeitos dizem respeito: 1. à construção de um objeto de estudo literário com instrumentos conceituais da Retórica; 2. a uma textualidade (literária) impregnada da educação retórica, que acolhe o chamado “padrão antológico”, critica-o, desnaturaliza-o ou o toma como tema; 3. à importância cultural que a oratória sacra, parlamentar e comemorativa adquire em nossa sociedade; 4. à incorporação da retórica (uma certa retórica) ao caráter do cidadão brasileiro que seria, contraditoriamente, conforme Holanda, citado por Souza, *sensível a “palavras bonitas ou argumentos sedutores” e infenso a “um sistema exigente e disciplinador”*. (:94) Essa é uma contradição que traz para discussão as inconsistências resultantes de grandes sínteses, como conclui o autor, mas também coloca em pauta o caráter político contido na formação retórica.

O capítulo seguinte, *Resíduos e Sobrevivências*, vai trabalhar justamente as marcas, os indícios deixados por todos esses apagamentos no campo institucional e no movimento editorial. A análise do campo institucional se

faz considerando o ensino de Letras vigente no País até 1934, restrito ao nível secundário, e os cursos superiores que a partir de então se instalam com o objetivo de formar professores de línguas e literaturas.

Para análise da primeira etapa, utiliza os programas e currículos do Colégio Pedro II relativos ao período de 1901 a 1934, trazendo à luz certos fatos importantes para compreensão da relação lógica/retórica no contexto da sociedade brasileira. De 1912 a 1925, a Literatura desaparece como disciplina específica e a *res litteraria* torna-se rarefeita no currículo. O autor busca uma explicação para esse fato peculiar na *mudança de proporções na partilha do campo de letras entre os estudos de língua e os estudos de literatura*, que vinha sendo construída desde o século XIX, *bem como a posição hierárquica ocupada por tais estudos no conjunto do currículo*. (:98) Essa hegemonia dos estudos de língua poderia ser explicada, segundo Souza, *pela difusão do positivismo lingüístico sistematizado pelo método histórico-comparativo*, bem como *pela preocupação com a pureza e a correção idiomáticas*. (:99).

Vemos, pois, de uma outra perspectiva teórica, uma questão posta por Guimarães (1996), a propósito da gramatização brasileira do Português, a partir da segunda metade do século XIX, como sendo dividida entre grupos que defendem a especificidade do Português do Brasil e aqueles que defendem o purismo, trazendo *um efeito contraditório que inclui o efeito imaginário de que o Brasil não fala corretamente*.

Em relação ao período que inicia com os Cursos de Letras, o autor faz dois recortes, considerando a sua estrutura e o funcionamento: o primeiro que vai de 1934 a 1962, quando vigoravam as modalidades: letras clássicas, letras neolatinas e letras anglo-germânicas, e o segundo, de 1962 aos dias atuais, quando a distinção se faz em termos de habilitação simples e dupla habilitação. Nessa análise, destaca o predomínio da corrente historicista nas duas fases, ressaltando, contudo, a emergência de uma oposição entre teoria e prática que se manifesta na inclusão no currículo da teoria da literatura, como disciplina introdutória aos estudos literários, o que traz à cena enunciativa resíduos de concepções retóricas.

Em seguida, o autor percorre o desenvolvimento do movimento editorial do século XX que se sustenta, ainda, na tradição retórico-poética oitocentista, considerando as obras publicadas antes e depois da criação dos Cursos de Letras. Até 1934 toma como referências as obras de Antenor Nascentes, Estevão Cruz e Augusto Magne. Posteriormente, analisa os manuais de Antônio Soares Amora, Cecil Meira, Hênio Tavares, Massaud

Moisés, Heitor Megale, Orlando Pires. Toma, ainda, como indícios da presença dessa tradição, os livros que ensinam a escrever, como os de José Oiticica, Francisco Silveira Bueno, Mattoso Câmara Júnior, Massaud Moisés, Albertina Fortuna Barros, Rocha Lima, Vitorino Prata Castelo Branco, Othon Moacir Garcia. A esses manuais de composição, somam-se os dedicados à arte do verso, bem como os manuais de oratória, cujos autores e obras são mencionados por Souza.

Esta resenha, como o trabalho de Souza, só pode ser concluída à *maneira de arremate*, pois esse livro abre portas e janelas de nossa história sobre a linguagem e sobre o saber sobre ela produzido, realiza uma busca crítica dos rastros que uma certa discursividade apagou sistematicamente, criando condições para a produção de novos gestos de interpretação, sustentados pela materialidade lingüística dos arquivos de memória construídos, e dando lugar a uma outra concepção de história sobre a língua e a literatura nacionais como elementos constitutivos de uma história social e política da sociedade brasileira.

Mariza Vieira da Silva
Universidade Católica de Brasília

o político e a política em sua forma (discursiva) de representação e o discurso sobre a língua como fundador de uma identidade coletiva na Rússia